



1.28 • Conjuntura Internacional

Tendências recentes do comércio internacional e do investimento direto de Portugal com o exterior

Rui Paulo Almas
João Manuel Santos

NO ÂMBITO DO PROCESSO de internacionalização e de inserção dos países na economia internacional assumem particular relevância as transações de comércio e de investimento direto internacionais que, por sua vez, são ampliadas, no caso português, pelo facto do país constituir uma economia aberta, bastante dependente do exterior e que esteve, até há bem pouco tempo, sujeita a um duro e exigente programa de assistência financeira devido à deterioração das suas contas públicas.

No que respeita ao comércio internacional português de bens e serviços, tem-se observado nos últimos quatro anos, um processo de ajustamento extremamente positivo, com crescimentos reais significativos das exportações e excedentes da balança comercial, após anos de défice crónico, manifestando-se as exportações como o principal fator de crescimento da economia portuguesa, compensando o menor dinamismo do consumo e do investimento. Em matéria de investimento direto (ID), Portugal continua a apresentar níveis importantes de fluxos de ID líquido, quer do exterior em Portugal (IDE), quer de Portugal no exterior (IPE), bem como de capacidade de valorização e de consolidação de ativos anteriormente investidos por via do aumento dos *stocks* de IDE e IPE.

Internacionalização da economia por via do comércio internacional

O grau de internacionalização da economia portuguesa por via das trocas comerciais aumentou, em 2015, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), registando um grau de abertura ao exterior, medido pelo peso das exportações e importações reais no Produto Interno Bruto (PIB) de 87,4% (79,8% medido a preços correntes), o mais elevado desde, pelo menos, 1995.

Analisando as trocas comerciais através dos dados da balança corrente publicados pelo Banco de Portugal (BP), constata-se um crescimento nominal médio anual de 4,7% das exportações e de 1,1% das importações nos últimos cinco anos, tendo Portugal registado, em 2015, um excedente comercial de

3.114 milhões de euros, que compara com um défice de 6.452 milhões de euros em 2011.

Neste âmbito, é ainda de salientar o saldo positivo da balança comercial de serviços no valor de 12.278 milhões de euros, em contraste com o défice nos bens de 9.164 milhões de euros. Verificaram-se, em ambos os casos, melhorias nos saldos comerciais em relação a 2014, de 827 milhões de euros nos serviços e de 322 milhões de euros nos bens, respetivamente.

Em 2014 Portugal foi o 51º exportador e o 38º importador mundial de bens, com quotas de 0,34% e 0,41% nas exportações e importações mundiais, segundo dados da WTO – World Trade Organization.

Exportações, principal fator de crescimento económico

As exportações de bens e serviços totalizaram, em 2015, o valor mais elevado de sempre ao terem atingido 74.064 milhões de euros, o que correspondeu a um crescimento de 4,7% face ao ano anterior e de 20,2% comparativamente a 2011, de acordo com os dados do Banco de Portugal. Por componente, os bens representaram 66,1% das exportações totais e os serviços 33,9%, apresentando, pela mesma ordem, contributos de 2,5 pontos percentuais (p.p.) e de 2,2 p.p. para o crescimento global de 4,7% registada nas exportações de bens e serviços.

O desempenho das exportações elevou a participação desta componente, medida a preços correntes, a 40,3% do PIB em 2015 (34,3% em 2011), surgindo também como principal fator de crescimento da economia portuguesa pelo quinto ano consecutivo, devido a um crescimento real de 5,1% e a um contributo de 2,1 p.p. para o crescimento real de 1,5% registado no PIB em 2015 (os contributos do consumo e do investimento foram de 1,9 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente, enquanto as Importações contribuíram com -3,1 p.p.).

Comparativamente com outros países da União Europeia, e apesar do aumento da participação das exportações no PIB observada nos últimos anos, Portugal regista ainda neste indicador um peso in-

ferior ao da média da União Europeia (43,6%), bem como relativamente a outros países comunitários de dimensão semelhante como a Bélgica (82,7%), Países Baixos (82,5%), República Checa (84,3%) ou Suécia (46,5%).

Geografia e especialização

das exportações

Em termos de distribuição por zonas geo-económicas, os principais destinos das exportações portuguesas de bens e serviços, em 2015, foram a União Europeia (70,8% do total), seguida da América (9,7%), África (9,5%), Ásia (3,9%) e outros países (6,3%). A União Europeia com um crescimento de 7,3% e um contributo de 5,0 p.p. para o aumento das exportações globais, reforçou, em 2015, a sua importância enquanto principal destino das exportações portuguesas de bens e serviços comparativamente aos 69,1% de 2014, embora abaixo dos 72,6% de 2011.

“
No que respeita ao comércio internacional português de bens e serviços, tem-se observado nos últimos quatro anos, um processo de ajustamento extremamente positivo.”

“
Numa análise das exportações por país, constatamos que quatro países comunitários, nomeadamente Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, foram os principais países clientes de Portugal, com quotas de 20,5%, 12,7%, 10,9% e 9,5%, respetivamente. Nas posições seguintes surgem dois mercados extracomunitários, EUA e Angola, com pesos de 5,3% e 4,7% no total, pela mesma ordem. Globalmente, os mercados extracomunitários representaram 29,2% das exportações portuguesas observando um crescimento negativo de 1,2% face a 2014. No entanto, se excluirmos Angola, as exportações para o conjunto dos restantes países extracomunitários aumentaram 6,0%.

Espanha, com um aumento de 1.295 milhões de euros das exportações, face a 2014, foi o mercado que mais contribuiu para o crescimento das exportações globais de bens e serviços, seguida do Reino Unido (866 milhões de euros), França (667 milhões de euros), EUA (633 milhões de euros), Alemanha (480 milhões de euros) e Austrália (290 milhões de euros), enquanto Angola, com uma quebra de 1.286 milhões de euros, apresenta o contributo mais negativo. São de salientar, também, as diminuições das exportações para o Brasil (-214 milhões de euros) e Venezuela (-204 mi-

O PRINCÍPIO ATIVO/PASSIVO

O Banco de Portugal adotou, em outubro de 2014, o princípio ativo/passivo como metodologia *standard* de apuramento dos dados de investimento direto de Portugal com o exterior, de acordo com as orientações emanadas da sexta edição do *Manual da Balança de Pagamentos e da Posição Internacional* (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI), passando o anterior princípio direcional (IDE/IPE) a ser divulgado como informação complementar ao primeiro.

Segundo o BP, para efeitos de análise, as estatísticas baseadas no princípio direcional, apresentam, na perspetiva do utilizador, uma maior riqueza informativa para a identificação dos países que estão a investir em Portugal, e vice-versa, assim como das atividades económicas que estão a atrair investimento. Por seu lado, as estatísticas apuradas no âmbito do princípio ativo/passivo são alinhadas com as restantes categorias funcionais do investimento no contexto das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, assim como das contas nacionais. Logo, são mais indicadas para análises macroeconómicas e comparação internacional entre países.

De referir, em qualquer dos princípios, que os valores dos fluxos são apurados numa base líquida.

Exportações de bens e serviços por países em 2015 (top 20 em % do total)

Espanha	20,5
França	12,7
Alemanha	10,9
Reino Unido	9,5
EUA	5,3
Angola	4,7
Países Baixos	4,1
Itália	3,0
Bélgica	2,6
Brasil	2,0
Suíça	1,9
China	1,3
Irlanda	1,0
Marrocos	0,9
Polónia	0,9
Suécia	0,8
Austrália	0,8
Moçambique	0,8
Argélia	0,8
Canadá	0,8

Fonte: Banco de Portugal

Peso das exportações de bens e serviços no PIB (em %, a preços correntes)

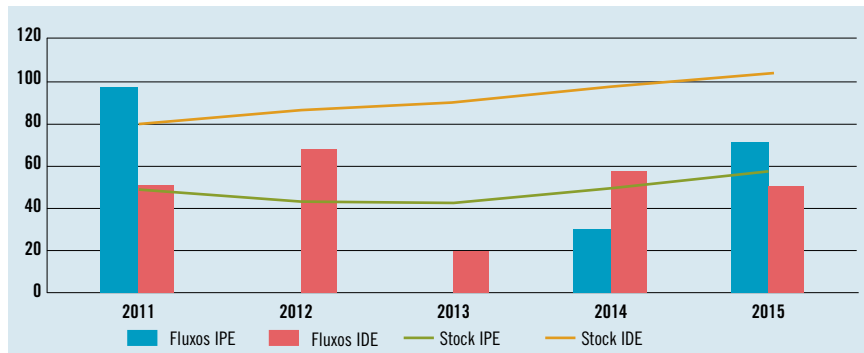
ANO	BENS	SERVIÇOS	EXPORTAÇÕES TOTAIS
1995	20,3	6,4	26,8
1996	20,8	5,8	26,5
1997	21,2	5,9	27,1
1998	21,1	6,2	27,3
1999	20,5	6,0	26,5
2000	21,8	6,4	28,2
2001	21,0	6,4	27,4
2002	20,7	6,3	26,9
2003	20,6	6,1	26,8
2004	20,7	6,6	27,3
2005	20,3	6,5	26,7
2006	22,4	7,5	29,9
2007	22,8	8,3	31,0
2008	22,6	8,5	31,1
2009	19,2	7,9	27,1
2010	21,7	8,2	29,9
2011	25,2	9,0	34,3
2012	27,8	9,9	37,7
2013	28,9	10,6	39,5
2014	29,0	11,1	40,0
2015	29,1	11,2	40,3

Fonte: INE

lhões de euros).

A rubrica de viagens e turismo representou a principal origem de receitas de exportação com 11,4 mil milhões de euros (15,3% do total), seguida das rubricas de máquinas e aparelhos (9,8% do total), transportes (7,9% do total) e veículos e outro material de transporte (7,7% do total). Neste âmbito, são de salientar as variações homólogas ao nível das rubricas viagens e turismo, e veículos e outro material de transporte, com mais 968 milhões e 457 milhões de euros exportados, respetivamente, face a 2014, em oposição à quebra verificada nas vendas ao exterior de combustíveis minerais (-265 milhões de euros).

Numa breve análise à distribuição das exportações de 2015, estas encontram-se mais concentradas, quer em termos geográficos, quer em termos setoriais.



Investimento direto de Portugal com o exterior

Fonte: Banco de Portugal

No ano passado, os cinco principais clientes de Portugal representaram 58,8% das exportações totais portuguesas, acima dos 56,0%, em 2014. Se alargarmos a amostra a dez mercados, as quotas agregadas passam a 75,2% em 2015 e a 75,0% no ano anterior. Por setores, os cinco primeiros – viagens e turismo, máquinas e aparelhos, transportes, serviços fornecidos a empresas e combustíveis minerais – registaram uma participação agregada de 46,8% nas exportações totais, contra 45,8% em 2014, e os dez maiores de 70,2% no ano passado, comparativamente a 69,9%, em 2014.

Relativamente às importações portuguesas de bens e serviços, este fluxo atingiu 70.950 milhões de euros, em 2015, que corresponde a um aumento de 3,2% face a 2014 (1,1% de crescimento médio anual no período 2011-2015).

Espanha e Alemanha foram os principais países fornecedores de Portugal, com quotas de 31,0% e 12,0% do total, seguidos da França (7,9%), Países Baixos (4,9%) e Itália (4,9%).

Os principais setores de importação foram os de máquinas e aparelhos, combustíveis minerais e veículos e outro material de transporte, com pesos de, respetivamente, 13,2%, 11,2% e 10,2% nas nossas compras globais ao exterior, seguidos dos químicos (9,3%) e dos agrícolas (9,2%).

Sustentabilidade do investimento direto de Portugal com o exterior

De acordo com os dados da balança financeira e da posição de investimento internacional do BP, apurada no âmbito do princípio direcional, em 2015, o nível do fluxo de IDE (investimento direto estrangeiro em Portugal) líquido ascendeu a 5.438 milhões de euros, correspondente a uma redução de 301 milhões de euros face ao ano anterior. Quanto ao fluxo líquido de IPE (investimento direto português no estrangeiro), totalizou 7.364 milhões de euros, mais 4.267 milhões de euros do que em 2014. Deste desempenho, no ano passado, resulta um saldo da balança de ID de Portugal com o exterior (IPE-IDE) de 1.926 milhões de euros, que compara com -2.642 milhões de euros em 2014.

Segundo a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) em 2014 Portugal foi a 31ª origem e também o 31º destino dos fluxos de ID a nível mundial, entre cerca de 200 países.

Em termos de *stock* de ID, o IDE atingiu 104.914 milhões de euros, em 2015, correspondente a um aumento de 6.967 milhões de euros em relação ao

ano anterior. Por seu lado, o *stock* de IPE ascendeu a 58.386 milhões de euros, mais 8.335 milhões de euros que no ano anterior.

Quer ao nível do IDE, quer do IPE, a União Europeia foi a principal origem e o destino de ID de Portugal, representando 88,2% do *stock* total de IDE e 73,3% do de IPE.

Por origem do IDE, os Países Baixos representavam 24,9% do respetivo *stock* total no final de 2015, seguindo-se Espanha (22,6%), Luxemburgo (18,5%), Reino Unido (7,3%) e França (4,9%). No IPE, os principais mercados de destino, em termos de *stock*, eram, no mesmo período, os Países Baixos (39,5% do total), Espanha (16,6%), Angola (6,9%), Brasil (4,9%) e Luxemburgo (4,5%).

De notar que à presença de mercados como os Países Baixos e o Luxemburgo em posições cimeiras de origem e destino do ID de Portugal com o exterior não será alheia a transferência para esses países de algumas sociedades gestoras de participações sociais (*holdings*) nacionais e a criação de entidades de finalidade especial (SPE – *Special Purpose Entities*) por algumas empresas portuguesas no âmbito das suas estratégias de investimento internacional. Neste aspeto, a importância das SPE no investimento direto daqueles dois mercados era superior a 80% do total. No caso de Portugal, o peso das SPE nos *stocks* de IDE e IPE totais era de 13% e 11%, respetivamente, no final de 2014, e zero no final de 2015.

Em dezembro de 2015, o peso do *stock* de IDE no PIB era de 58,5% (56,5% em 2014), enquanto o peso do *stock* de IPE no PIB era de 32,5% (28,9% em 2014).

Ainda segundo dados da UNCTAD, referentes a 2014, Portugal detinha o 41º maior *stock* de investimento direto no país (*inward*), com 0,42% do total, e o 36º maior *stock* de investimento direto no exterior (*outward*), com 0,23% do total mundial, entre cerca de 200 países.

Em síntese, o ano de 2015 apresenta dados bastante positivos sobre a evolução do comércio internacional e do investimento direto de Portugal com o exterior num contexto de grande instabilidade nos mercados internacionais, nomeadamente nos chamados ‘mercados emergentes’. No entanto, existe ainda um amplo espaço de intervenção para a economia e para as empresas portuguesas nos mercados internacionais, quer consolidando mercados e parceiros tradicionais, quer diversificando setores e mercados de atuação, quer ainda conseguindo reter e captar investimento estrangeiro estruturante e gerador de novas competências e externalidades. ■